



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 4124/2025

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2025.

Processo nº 0943962-69.2025.8.19.0001,
ajuizado por **M.C.D.S.B.**

De acordo com documento médico, emitido em 28 de agosto de 2025, trata-se de Autora, 17 anos idade, com diagnósticos de **outros transtornos globais do desenvolvimento, epilepsia e autismo**, em adesão a terapia medicamentosa, em acompanhamento no Centro Municipal de Saúde Edgard Magalhães Gomes AP 52 e Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Sendo encaminhada a **reabilitação intelectual** a pedido da Defensoria Pública e do especialista de psiquiatria infanto-juvenil via SISREG (Num. 223498406 - Pág. 7).

Foi pleiteado **tratamento de reabilitação intelectual, (tratamento multidisciplinar)** - Num. 223498405 - Págs. 10 e 11. Portanto, necessidade de encaminhamento para **reabilitação intelectual** (Num. 223498405 - Pág. 3).

De acordo com o Ministério da Saúde, o **transtorno do espectro autista (TEA)** é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades¹.

Os serviços de reabilitação/habilitação com modalidade intelectual, deverão prestar atendimento e garantir linhas de cuidado em saúde nas quais sejam desenvolvidas ações voltadas para o desenvolvimento singular no âmbito do projeto terapêutico voltadas à funcionalidade, cognição, linguagem, sociabilidade e ao desempenho de habilidades necessárias para pessoas com deficiência intelectual e com **transtornos do espectro autista (TEA)**¹.

Entende-se por **serviços de reabilitação intelectual** aqueles que atendem às pessoas com deficiência que têm impedimentos temporários ou permanentes; progressivos, regressivos ou estáveis; intermitentes ou contínuos de natureza mental e/ou intelectual, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas². As ações de **reabilitação intelectual** nos serviços componentes da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPcD) são voltados às demandas que devem ser executadas por equipes multiprofissionais e

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 86 p. : il. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/publicacoes/diretrizes-de-atencao-a-reabilitacao-da-pessoa-com-transtornos-do-espectro-do-autismo.pdf/view>>. Acesso em: 14 out. 2025.

² BRASIL. Ministério da Saúde. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Âmbito do SUS. Disponível em: <<https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MzQ4NTE%2C>>. Acesso em: 14 out. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

interdisciplinares desenvolvidas a partir das necessidades de cada indivíduo e de acordo com o impacto da deficiência sobre sua funcionalidade³.

Diante o exposto, informa-se que a **reabilitação intelectual está indicada** ao manejo do quadro clínico da Autora, conforme exposto em documento médico (Num. 223498406 - Pág. 7).

Nesse contexto, cumpre informar que a **reabilitação intelectual está coberta pelo SUS**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP) na quais constam: acompanhamento psicopedagógico de paciente em reabilitação (03.01.07.005-9), terapia individual (03.01.04.004-4), atendimento individual em psicoterapia (03.01.08.017-8), consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada (exceto médico) (03.01.01.004-8) e tratamento em reabilitação (03.03.19.001-9), considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorrem com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde⁴.

Cumpre informar que o Estado do Rio de Janeiro conta com uma **Rede de Média e Alta Complexidade de Cuidados à Pessoa com Deficiência**, formada por as unidades habilitadas no SUS para Reabilitação Física e Intelectual, pactuada por meio da Deliberação CIB-RJ nº 5632, de 06 de dezembro de 2018⁵.

No intuito de identificar o correto encaminhamento da Suplicante aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou a plataforma do **SISREG III** e localizou as seguintes inserções, para o caso em tela:

- em **18 de setembro de 2025**, sob o código de solicitação **625098248**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **agendamento / falta / executante, para o dia 22 de setembro de 2025 às 09h00min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52**;
- em **18 de setembro de 2025**, sob o código de solicitação **625119953**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul -

³ BRASIL. Ministério da Saúde. regulaSUS. Protocolo de Regulação Ambulatorial. Versão Digital 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessaunders/wp-content/uploads/2022/05/Protocolo_Reabilitacao_Intelectual_.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 14 out. 2025.

⁵ Deliberação CIB-RJ nº 5632, de 06 de dezembro de 2018, que pactua a rede de cuidados à pessoa com deficiência no Estado do Rio de Janeiro. Estão incluídos novos estabelecimentos, ora denominados Centros Especializados em Reabilitação (CER) nas modalidades Física, Auditiva, Visual e Intelectual nos tipos II, III e IV, pactuados por Região de Saúde em seus respectivos níveis de complexidade. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/585-2018-deliberacoes/dezembro/6210-deliberacao-cib-rj-n-5-632-de-06-de-dezembro-de-2018.html>>. Acesso em: 14 out. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **agendamento / confirmado / executante**, para o dia 29 de setembro de 2025 às 09h00min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;

- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627167827**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **agendamento / confirmado / executante**, para o dia 01 de outubro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;
- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627168274**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **agendamento / confirmado / executante**, para o dia 08 de outubro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;
- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627168728**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **solicitação / agendada / solicitante**, para o dia 15 de outubro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;
- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627169184**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **solicitação / agendada / solicitante**, para o dia 22 de outubro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;
- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627169553**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **solicitação / agendada / solicitante**, para o dia 29 de outubro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;
- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627169948**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **solicitação / agendada / solicitante**, para o dia 05 de novembro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;
- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627170370**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **solicitação / agendada / solicitante**, para



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

o dia 12 de novembro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;

- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627170707**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **solicitação / agendada / solicitante**, para o dia 19 de novembro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52;
- em 29 de setembro de 2025, sob o código de solicitação **627171122**, para **reabilitação intelectual pediatria**, com classificação de risco azul - atendimento eletivo, tendo como unidade solicitante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52, com situação **solicitação / agendada / solicitante**, para o dia 26 de novembro de 2025 às 10h30min na unidade executante CMS Dr. Mario Rodrigues Cid AP 52.

Desta forma, entende-se que **a via administrativa está sendo utilizada** no caso em tela, **com a resolução da demanda em curso a partir dos atendimentos confirmados e agendados para o procedimento de reabilitação intelectual pediatria.**

Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde **foi** encontrado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Comportamento Agressivo no Transtorno do Espectro do Autismo, no qual consta que “... ***As pessoas com TEA e problemas de comportamento agressivo devem ter acesso a uma equipe multiprofissional e multidisciplinar, para seu adequado diagnóstico, tratamento e acompanhamento ...***”.

Quanto ao pedido Autoral (Num. 223483419 - Págs. 6 e 7, item “VII - DO PEDIDO”, subitens “b” e “e”) referente ao fornecimento de “... *bem como todo o tratamento, exames, procedimentos, medicamentos e produtos complementares e acessórios que, no curso da demanda, se façam necessários ao tratamento da moléstia da Autora...*”, vale ressaltar que não é recomendado o fornecimento de novos itens sem emissão de laudo que justifique a necessidade dos mesmos, uma vez que o uso irracional e indiscriminado de medicamentos e tecnologias pode implicar em risco à saúde.

É o parecer.

Ao 1º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02

Secretaria de
Saúde



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde